



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 7 de fevereiro de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Por concorrência chinesa, 5 mil são demitidos do PIM.....	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Sefaz quer regularizar 560 empresas no Amazonas	3
VEICULAÇÃO LOCAL	
FOLHA DE SÃO PAULO DEPOIS DE ENFRENTAREM O JAPÃO, EUA ENCARAM A CHINA	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Governo pretende limitar os gastos com servidores.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
Assessoria de Comunicação MDIC Fevereiro começa com superávit de US\$ 432 milhões	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Governo avalia alternativas às barreiras antidumping para conter importações	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Indústria e Fazenda debatem substituição tributária	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Por concorrência chinesa, 5 mil são demitidos do <u>PIM</u>	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE

As informações foram repassadas pelo Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees) e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas.

Manaus - Nos últimos três anos, pelo menos dez empresas de componentes encerraram as atividades no Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**) por conta da competição com os produtos chineses, resultando na demissão de 5 mil trabalhadores.

As informações foram repassadas pelo Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de **Manaus** (Sinaees) e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do **Amazonas**.

Segundo o presidente do Sinaees/AM, Wilson Périco, as multinacionais continuam atendendo as fábricas do **PIM** com suas empresas instaladas na Ásia.

A Teikon Tecnologia Industrial da **Amazônia** Ltda., Gatsby do **Brasil** Ltda., Panasonic Componentes e Molex e Murata **Amazônia** são algumas das empresas que deixaram **Manaus** por conta da competição com a **importação** dos chineses.

“Elas não vão deixar de vender para o Brasil. Não são essas empresas que perdem, mas o País que perde empregos e investimentos”, alertou Périco. “Nós temos condições de produzir placas de componentes eletrônicos, mas as empresas **importam** legalmente esses componentes que poderiam muito bem ser revertidos em emprego para a população local”, afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana.

Importados

Segundo o presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Polo Industrial do **Amazonas** (Aficam), Cristóvão Marques, as empresas estão trazendo de fora pneus, relógios para painéis de motocicletas, assentos, chicote elétrico para televisão, corrente para bicicleta e motocicletas, junta de motor e

injeção plástica, entre outros. “São produtos que podem ser fabricados aqui com qualidade. As fábricas que não estão comprando componentes no **PIM** estão gerando muito mais emprego lá na Ásia”, afirmou Marques.

Sete Portarias Interministeriais, (PI) publicadas no Diário Oficial da União em 3 de fevereiro de 2011, estabeleceram reajustes nos Processos Produtivos Básicos (**PPB**) para televisores com tela de cristal líquido, servidores, dispositivos de cristal líquido e bens de informática.

Entre eles, a ampliação do prazo para importação de componentes de televisores LCD por mais seis meses.

O **PPB** é um conjunto mínimo de etapas que as empresas tem que obedecer para obter os incentivos fiscais. De acordo com Cristóvão Marques Pinto, os fabricantes de televisores receberam incentivos fiscais do Governo do Estado para montar e produzir televisores aqui no **PIM**, em contrapartida elas deveriam gerar empregos e investimentos comprando os componentes das empresas locais.

Suframa

“A **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**) fez consulta pública, mas a questão é que as empresas que cumpriram a portaria no prazo determinado e geraram benefícios para a economia local serão prejudicadas pela concorrência das empresas que continuarão a **importar**”, alertou Marques.

Empresas

De acordo com Marques, as empresas que cumprem as exigências **importam** somente vidro da China e compram as partes metálicas e plásticas para montagem no **PIM**. Isso reduz o valor do produto final em 10%. As que não cumprem as determinações **importam** além do vidro, as peças metálicas e plásticas

(isentos de impostos), o que traz uma redução de 20% no produto final.

Segundo o coordenador de Acompanhamento de Projetos Industriais da **Suframa**, Gustavo Igrejas, as alterações nos **PPB's** de televisores de LCD, servidores, dispositivos de cristal líquido e bens de informática em

geral foram apenas pequenos ajustes em seus escopos, não trazendo impactos significativos para o **PIM**.

E todas as empresas envolvidas, segundo ele, concordaram com as mudanças apresentadas em consulta pública (nº 3/2011) realizada em 2 de fevereiro

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Sefaz quer regularizar 560 empresas no Amazonas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A Sefaz informou que a partir da cooperação das entidades de classe no sentido de divulgar a legislação para os associados pretende ampliar o efetivo de empresas regulares sem a necessidade de aplicar as penalidades.

Manaus - Apenas 55% do universo de 1.247 empresas amazonenses obrigadas a efetuar a transmissão de Escritura Fiscal Digital (EFD) estão regularizadas junto à Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz). Nesta semana, o órgão informou que vai iniciar um trabalho de sensibilização junto às entidades de classe do Estado para tentar elevar o número de empresas regulares sem precisar utilizar as punições previstas na legislação.

Em 2009, a legislação brasileira determinou que em todo o País começasse a substituição dos livros de entrada e saída em papel, apuração do **ICMS** e inventário por arquivos digitais que deveriam ser enviados às secretarias de fazenda mensalmente.

O trabalho de sensibilização será feito com as entidades: Associação Comercial do **Amazonas** (ACA), Centro das Indústrias do Estado do **Amazonas** (Cieam), Federação

das Indústrias do Estado do **Amazonas** (**Fieam**) e Câmara de Dirigentes Lojistas de **Manaus** (CDL-**Manaus**).

A Sefaz informou que para promover a adequação do restante de empresas omissas, 560, a secretaria vai enviar uma carta expositiva da situação às entidades de classe, destacando as sanções para os irregulares: pagamento de 1% (um por cento) sobre o valor contábil das operações ou prestações de entrada ou saída, pela falta de envio da Escrituração Fiscal Digital ao ambiente nacional do Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - SPED, no prazo previsto na legislação, limitada a R\$ 40.000, por período de apuração do imposto e pagamento de 5% (cinco por cento) sobre o valor contábil das operações ou prestações omitidas por ocasião da entrega ou envio dos registros digitais da Escrituração Fiscal Digital - EFD, limitada a R\$ 30.000, por período de apuração.

A Sefaz informou que a partir da cooperação das entidades de classe no sentido de divulgar a legislação para os associados pretende ampliar o efetivo de empresas regulares sem a necessidade de aplicar as penalidades.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO DEPOIS DE ENFRENTAREM O JAPÃO, EUA ENCARAM A CHINA	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por **STEVE LOHR**

Na década de 1980, os Estados Unidos enfrentaram um enervante desafio de uma potência econômica em ascensão que, muitas vezes, dobrava as regras da concorrência global em seu benefício.

Trinta anos depois, americanos ouvem um eco do passado. Desta vez, o objeto de admiração e tensão não é o Japão, mas a China.

"Já vimos esse filme", diz Clyde V. Prestowitz Jr., presidente do Instituto de Estratégia Econômica. "Como o Japão, a China está subindo a ladeira do **desenvolvimento** econômico e tecnológico e, para tanto, usa todos os meios à sua disposição."

No início dos anos 80, o ataque japonês à indústria de computadores e semicondutores americana pareceu assustador.

"O que nossos jovens vão fazer?", perguntou Walter F. Mondale, vice-presidente do governo Carter (1976-80). "Varrer o chão em torno dos computadores japoneses?"

A frase captava o pessimismo econômico da época, mesmo que sirva como uma piada hoje. Com que frequência você vê um computador japonês?

Um olhar para o desafio econômico simbolizado pelo Japão -e a reação americana- poderia oferecer perspectivas sobre o desafio chinês hoje.

"As pessoas esquecem que fizemos muitas coisas para enfrentar o desafio japonês", diz Robert D. Atkinson, presidente da Fundação para Tecnologia da Informação e Inovação, grupo de pesquisa apartidário em Washington.

Nos Estados Unidos, os anos 80 foram a década do governo de Ronald Reagan, um momento de **mercado** livres, livre **comércio** e cortes de impostos. Mas, para certos setores, o governo adotou uma política industrial comedida.

Washington negociou restrições voluntárias à **exportação** com os japoneses na indústria de automóveis. Isso obrigou as firmas japonesas a construir fábricas nos EUA. E um acordo comercial sobre semicondutores ajudou a abrir o **mercado** japonês.

Um consórcio criado pelo **Governo Federal** em várias empresas -Semiconductor Manufacturing Technology, ou Sematech- dividiu os custos e os riscos de se desenvolver técnicas de fabricação de chips para computador.

Um motivo pelo qual o Japão representava uma ameaça nos anos 80 em chips e computadores era a transferência de tecnologia que havia ocorrido anos antes. Para vender no **mercado** japonês e repatriar os lucros, a IBM e a Texas Instruments tiveram de compartilhar tecnologia. Elas também montaram fábricas por lá.

Na China, hoje, o governo impõe o mesmo tipo de exigência de compartilhar tecnologia e montar fábricas em joint-ventures para ter acesso ao **mercado** interno.

"A aposta da IBM no Japão, assim como de companhias como Boeing e General Electric hoje na China, é que eles podem continuar à frente e inovar mais depressa que os potenciais concorrentes que estão ajudando", diz Edward J. Lincoln, professor de economia na Escola de Economia Stern da Universidade de Nova York.

Na China, entretanto, há muito mais companhias ocidentais envolvidas em joint-ventures de compartilhamento de tecnologia do que ocorreu no Japão.

O Japão limitou acentuadamente o investimento direto de companhias estrangeiras, enquanto a China lhes deu boas-vindas.

Nos últimos anos, o governo chinês incentivou as empresas estrangeiras a transferir mais tecnologia avançada para suas iniciativas no país. O esforço do governo para acelerar a ascensão tecnológica chinesa chama-se "inovação indígena".

C. Fred Bergsten, diretor do Instituto Peterson de Economia Internacional, diz: "A China foi muito mais inteligente que o Japão em suas políticas de investimento. Ela convidou o investimento direto estrangeiro e depois fez de reféns as corporações americanas".

O atrativo do **mercado** interno em rápido crescimento - muito maior que o do Japão- dá vantagem à China com as empresas americanas, o que cala as queixas em Washington, diz Bergsten.

Mas as empresas americanas estão preocupadas com a política de inovação da China e a forçaram para o topo da agenda do presidente Hu Jintao em sua viagem recente aos Estados Unidos, diz Bergsten. A delegação chinesa garantiu a executivos americanos que a China será flexível.

A moeda chinesa foi minimizada como problema. Mas Bergsten estima que o renminbi esteja subvalorizado em 20%. "É um subsídio generalizado às exportações", ele diz.

Haverá constantes questões comerciais com a China. Mas, conforme o país enriquecer, na previsão dos economistas, comprará mais produtos e serviços de alta tecnologia e alto valor nos quais os Estados Unidos são excelentes.

A verdadeira resposta para o desafio chinês, como a concorrência do Japão nos anos 80, deve vir dos EUA, dizem pensadores de política industrial.

Sem dúvida se tentará uma mistura de hábil política oficial, estratégias inteligentes para o setor privado, investimento de longo prazo em inovação e um melhor sistema educacional. Em suma, todas as coisas que os Estados Unidos deveriam fazer de qualquer modo, mas com uma medida adicional de urgência por causa da concorrência global que a China representa.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo pretende limitar os gastos com servidores		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Equipe de Dilma debate impor teto de 2% para aumento real do funcionalismo

Trava às despesas com pessoal restringirá novas contratações e reestruturação de carreiras federais

NATUZA NERY

DE BRASÍLIA

O governo pretende resgatar a proposta que limita o aumento real dos gastos com o funcionalismo público (**Governo Federal**, Legislativo e Judiciário). O tema será tratado como prioridade neste primeiro ano de mandato da presidente Dilma Rousseff.

Segundo a Folha apurou, a discussão ainda é preliminar. Embora o número ainda não esteja fechado, já se fala em impor um teto de 2% ao ano, além da inflação.

A trava ao gasto com pessoal restringe reajustes salariais e limita contratações e reestruturações de carreiras.

O percentual discutido hoje na Presidência da República é maior que o proposto pelo **Ministério** da Fazenda em 2007 (1,5%), porém menor que os 2,5% a serem aplicados até 2019, já aprovados no Senado e aguardando deliberação da Câmara.

De todo modo, será uma guinada. De 2009 para 2010, por exemplo, dados do Tesouro Nacional mostram que o crescimento das despesas com pessoal na União chegou a 9,8% no período, sem contar a inflação acumulada.

O Executivo ainda não decidiu se vai mandar uma nova proposta ou recuperar a que está no Legislativo.

Sabe, porém, que enfrentará resistências da categoria, tradicional base de apoio eleitoral do PT. No passado, o ex-presidente **Lula** concedeu aumentos generosos ao funcionalismo público, apesar de recomendações contrárias da área econômica.

Sob Lula, os desembolsos com servidores da União mais que dobraram. Em 2002, último período de FHC na Presidência, havia 1,82 milhão de funcionários públicos ativos

e inativos distribuídos nas estruturas dos três Poderes, a um custo de R\$ 73,3 bilhões.

No ano passado, chegou-se à marca de 2,02 milhões de servidores, com uma conta robusta de R\$ 166,5 bilhões.

Logo que assumiu, Dilma determinou à sua equipe rigor nas despesas este ano e prometeu um bloqueio "duro" e "realista" no Orçamento Geral da União. Teme não ter gordura para investir por conta do compromisso fiscal que terá de honrar.

Em 2008, a área econômica chegou a sugerir a suspensão de reajustes. O objetivo era economizar R\$ 6 bilhões. Lula, porém, determinou o cumprimento dos acordos negociados na ocasião.

OBSTÁCULO

Mas a expectativa de impor mais rigor aos gastos já vê obstáculos. Segundo o site Contas Abertas, o Congresso prevê aumento de R\$ 860 milhões em sua folha em 2011.

O levantamento engloba o reajuste de 62% dos salários de deputados e senadores, os encargos aos aposentados e pensionistas e mudanças no plano de carreira. No fim de 2010, os congressistas aprovaram um aumento em seus próprios vencimentos, de R\$ 16,5 mil para R\$ 26,7 mil.

Enquanto o projeto que limita o gasto com o funcionalismo está há três anos no Congresso com poucos avanços, o recente aumento, que elevou também o salário do presidente da República e dos ministros, foi aprovado em votação-relâmpago pouco antes da virada do ano.

A proposta que Dilma deseja resgatar estabelece punições para o Poder que estourar o limite. Apesar da esperada resistência, o projeto tem grandes chances de virar lei se contar com o peso real da pressão do governo.

	VEÍCULO ASSESSORIA <u>MDIC</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Fevereiro começa com superávit de US\$ 432 milhões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na primeira semana do mês, exportações foram de US\$ 3,531 bilhões e importações, de US\$ 3,099 bilhões

As exportações brasileiras na primeira semana de fevereiro (1º a 6), com quatro dias úteis, foram de US\$ 3,531 bilhões, com média diária de US\$ 882,8 milhões. O resultado é 30,3% superior à média de US\$ 677,6 milhões registrada em fevereiro de 2010. Já na comparação com a média diária de janeiro passado (US\$ 724,5 milhões), houve crescimento de 21,8%.

No mesmo período, as importações somaram US\$ 3,099 bilhões, com resultado médio diário de US\$ 774,8 milhões. Por esse critério, houve aumento de 18,1% em relação a fevereiro do ano passado (média de US\$ 656 milhões). Na comparação com janeiro de 2011 (média de US\$ 704,3 milhões), houve crescimento de 10% nas aquisições feitas no mercado externo.

Com estes dados, a balança comercial brasileira registrou, na primeira semana de fevereiro, superávit de US\$ 432 milhões, com média diária de US\$ 108 milhões. A corrente de comércio (soma das exportações e importações) totalizou US\$ 6,630 bilhões, com média diária de US\$ 1,657 bilhão. Houve crescimento de 24,3% na comparação com a média de fevereiro de 2010 (US\$ 1,333 bilhão) e de 16% com a de janeiro deste ano (US\$ 1,428 bilhão).

Ano

No acumulado de janeiro à primeira semana de fevereiro deste ano (25 dias úteis), as vendas ao exterior somaram US\$ 18,746 bilhões (média diária de US\$ 749,8 milhões). Na comparação com a média diária do mesmo período de 2010 (US\$ 569,3 milhões), as exportações cresceram 31,7%.

As importações, no acumulado do ano, foram de US\$ 17,890 bilhões, com média diária de US\$ 715,6 milhões. O valor está 22,7% acima da média registrada no mesmo período de 2010 (US\$ 583,4 milhões).

No ano acumulado do ano, o saldo positivo da balança comercial já chega US\$ 856 milhões, com média diária de US\$ 34,2 milhões. No mesmo período de 2010, a balança

comercial brasileira registrava déficit de US\$ 351 milhões, com média diária negativa de US\$ 14 milhões.

No acumulado do ano, a corrente de comércio somou US\$ 36,636 bilhões, com média diária de US\$ 1,465 bilhão. O valor é 27,1% maior que a média aferida no mesmo período no ano passado (US\$ 1,152 bilhão).

Às 15h, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) divulga nota completa sobre a balança comercial brasileira.

Vide Verso

Petista Fernando PIMntel diz que câmbio não vai mudar

O ministro do Desenvolvimento, o petista Fernando PIMntel, afirmou na sexta-feira que o cenário do câmbio no Brasil não deve mudar. De acordo com ele, a importância do Brasil hoje no cenário internacional fortalece o real. "Nós não podemos ter a ilusão de que o cenário vai mudar em relação ao câmbio, porque países fortes têm moedas fortes. Então não vamos ter a ilusão de que o câmbio vai se desvalorizar de uma hora para outra", disse ele, após reunião com empresários e membros do governo para discutir inovação no País, realizada na CNI (Confederação Nacional da Indústria).

De acordo com PIMntel, o Banco Central e o Ministério da Fazenda estão tomando as medidas possíveis para assegurar o câmbio num "nível razoável": "Mas esse nível sempre será muito mais valorizado do que foi em décadas passadas". Além disso, ele ressaltou que o Brasil não vai igualar suas condições de trabalho às de países asiáticos para ganhar competitividade. A China, por exemplo, é conhecida por seus baixos salários e altas jornadas impostas a seus trabalhadores. O País enfrenta hoje um forte aumento nas importações por conta da grande valorização do real. Fernando PIMntel como ministro confirma que entende mesmo é de como bloquear uma caminhonete station wagon Plymouth blindada com uma fusqueta. Foi o que ele quis fazer no início de 1970, em Porto Alegre, para sequestrar o cônsul norte-americano Curtis Cutter. Fernando PIMntel integrava um comando da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), o mesmo grupo terrorista de Dilma Rousseff.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Governo avalia alternativas às barreiras antidumping para conter importações		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Leo | De Brasília

Instrumentos como valoração aduaneira, verificação de regras de origem e maior coordenação entre as secretarias de **Comércio** Exterior (Secex) e da Receita Federal serão usados para barrar **importações** consideradas desleais, e os empresários terão novo canal de denúncias para levar ao governo queixas contra a concorrência estrangeira. Esses são alguns dos instrumentos em estudo pelo governo para defender o setor produtivo, como anunciou o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel.

O **Ministério** constatou que o uso das barreiras antidumping não deve ter efeito significativo sobre o volume de **importações**, mesmo após as medidas em preparação para acelerar os processos. A intenção de encurtar os prazos, para menos de seis meses, esbarra nas regras da Organização Mundial do **Comércio** (OMC), que estabelece procedimentos-padrão rígidos, com pouca margem de manobra.

Com a digitalização dos processos do Departamento de **Comércio** Exterior (Decom), será possível facilitar o acesso aos documentos das partes envolvidas nas ações antidumping. Hoje, quando o processo é entregue para consulta a uma das partes, há prazos para devolução, o que atrasa as conclusões. Esse problema deve ser eliminado em breve.

Os técnicos avaliam que, explorando as possibilidades da legislação e com o reforço do time de investigadores, será possível encurtar os prazos nos processos antidumping, que hoje levam cerca de um ano e meio. Porém, devido aos limites da OMC, a redução não será tão grande quanto se gostaria.

Está fora de questão descumprir as normas da OMC, respeitadas nos processos abertos até agora. Isso garantiu ao **Brasil** o título de um dos maiores responsáveis por

processos antidumping sem que o país sofresse contestação de nenhuma dessas medidas de defesa comercial.

PIMentel deve propor ao **Ministério** da Fazenda uma maior institucionalização do trabalho conjunto entre Secex e Receita Federal, para investigar mais a fundo a entrada de **mercadorias** suspeitas de fraude ou irregularidades. O aperto sobre os certificados de origem dos produtos **importados** começou ainda no ano passado, com a decisão de reduzir o número de entidades empresariais autorizadas a emitir esses documentos.

Devem ser adotadas medidas adicionais sobre controle de regras de origem para reprimir a chamada circunvenção, pela qual produtos sujeitos a barreiras comerciais são **exportados** como se fossem originados de outro local, não submetido a impedimentos de **importação**.

PIMentel já recebeu de sua assessoria uma lista dos produtos **importados** em maior volume, e pediu uma análise detalhada de cada um, para verificar a existência de similares nacionais e a possível existência de elementos para abrir medidas de defesa comercial contra os **importados**. Os encarregados da tarefa sabem que o objetivo é explorar as possibilidades da legislação.

Não se pensa, entretanto, em retornar ao regime de substituição de **importações** com critérios usados no passado, quando, segundo lembra um integrante do **Ministério**, automóveis Porsche tinham **importação** proibida porque o país tinha o Puma como "similar nacional", e o uísque Johnny Walker Red Label também era barrado nas alfândegas em favor do "similar" Drury's.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria e Fazenda debatem substituição tributária		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De São Paulo

A Secretaria da Fazenda de São Paulo e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) irão montar em conjunto cinco grupos para estudar questões tributárias que vão desde substituição tributária até mudanças legislativas. A informação é do presidente da entidade, Paulo Skaf. Segundo ele, a formação dos grupos foi resolvida em almoço com o secretário de Fazenda, Andrea Calabi. Os grupos deverão começar a ser montados esta semana e terão membros da Fiesp e da Fazenda. Procurada, a Secretaria da Fazenda confirma a criação de grupos para estudar questões tributárias e diz que os temas deverão passar por "ajustes".

O presidente da Fiesp diz que um dos grupos analisará o aperfeiçoamento da substituição tributária, sistema de recolhimento do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) pelo qual a indústria antecipa o imposto devido nas etapas seguintes de comercialização da **mercadoria**. Segundo Skaf, a entidade não pede a eliminação da sistemática, mas a revisão para "segmentos nos quais há distorções". Ampliada na gestão anterior, a substituição tributária foi uma das marcas do governo José Serra (PSDB) e alvo de atritos entre a Fazenda e as empresas.

Outro dos cinco grupos será "emergencial", para analisar a proposta do senador Romero Jucá (PMDB-RR) para uma nova resolução que deverá alterar as alíquotas de **ICMS** sobre operações interestaduais de **mercadorias** procedentes do exterior. A proposta do senador estabelece alíquota zero para essas transferências. Atualmente, a operação interestadual é tributada com alíquotas de 7% ou 12%.

Isabela Schenberg Frascino, do escritório Levy & Salomão, explica que a alíquota zero valeria somente para os casos em que a **mercadoria importada** do exterior não passa

por processo de industrialização e é remetida a outro Estado diretamente pelo **importador**. A ideia da proposta, diz, é neutralizar os incentivos fiscais dados por alguns Estados na **importação** de produtos.

Com alíquota zero, diz Isabela, quem recebe a **mercadoria** no Estado de destino deixa de aproveitar o crédito de 7% ou 12% da transferência interestadual, o que pode tornar a operação desinteressante.

Skaf lembra, porém, que a proposta pode prejudicar os produtos nacionais, porque criaria uma carga tributária menor sobre os **importados** na comparação com os fabricados internamente. Principalmente quando se leva em conta a comercialização por empresas que não tomam crédito de **ICMS**, como as empresas do Simples. "Como elas não tomam o crédito, a compra do **importado** com alíquota interestadual zero pode ser interessante." Segundo ele, a ideia do grupo emergencial é estudar uma proposta de alteração do texto. Para Skaf, pode-se aproveitar a mudança de alíquotas interestaduais para começar a estabelecer uma cobrança de **ICMS** mais voltada ao destino do que à origem.

Além da substituição tributária e da proposta de alteração da alíquota interestadual, os grupos conjuntos também deverão estudar temas como programa de parcelamento de impostos, desoneração de investimentos e reforma tributária, o que englobaria também questões de guerra fiscal. (MW)